

**O DILEMA IRRAZOÁVEL DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ALIMENTOS NA
JURISPRUDÊNCIA DO STJ À LUZ DO CPC/2015 E DO DIREITO DA
PERSONALIDADE¹**

***THE UNREASONABLE DILEMMA OF THE CHILD SUPPORT ACCOUNTABILITY
IN THE STJ JURISPRUDENCE IN THE LIGHT OF CPC/2015 AND THE
PERSONALITY RIGHTS***

Valéria Julião Silva Medina

Pós-doutoranda e bolsista da CAPES pela UNICESUMAR – PR, Doutora e Mestre em Direito Público pela UNESA – RJ, Professora de Direito Processual Civil e Advogada. Artigo vinculado do PPGCJ do Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR, através da linha de pesquisa de instrumentos de efetivação dos direitos da personalidade. Maringá/PR. E-mail: vjsmedina@gmail.com.

Marcelo Negri Soares

Orientador e pesquisador ICETI. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, São Paulo, (Brasil). Pós-Doutor pela Universidade Nove de Julho – São Paulo e também pela USP – Universidade de São Paulo. Especialista em Direito pela Universidade Mackenzie, São Paulo (SP). Cursou extensão universitária em Harvard, Berkeley e MIT, nos Estados Unidos da América. Professor em Direito (UFRJ/ UNICESUMAR). Professor do PPGCJ do Centro Universitário de Maringá - UNICESUMAR. Professor visitante na Universidade de Coventry, Inglaterra (Programa de Doutorado em Direito e Negócios). Maringá/PR. E-mail: negri@negrisoares.com.br.

¹ Artigo recebido em 05/05/2021 e aprovado em 02/08/2021.

RESUMO: O artigo tem como objetivo analisar, no âmbito do sistema jurídico brasileiro, a viabilidade do ajuizamento da ação de prestação de contas de alimentos no direito de família, considerando que há uma jurisprudência pacificada no STJ acerca de sua impossibilidade e um precedente recente a admitindo, prolatado em uma de suas Turmas. Através do método indutivo, mediante análise de casos julgados, foram tecidos fundamentos que justificam a manutenção da controvérsia na Corte e a necessidade de uma solução, o mais breve possível, em especial à luz do direito da personalidade das partes envolvidas e da segurança jurídica.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à justiça; prestação de contas; alimentos; precedente judicial; direito da personalidade.

ABSTRACT: The article aims to analyze, within the scope of the Brazilian legal system, the feasibility of filing child support accountability actions under family law, considering that there is a settled jurisprudence in the STJ regarding its impossibility and a recent precedent admitting it, enacted by one of its Panels. Through the inductive method, by means of the *res judicata* analysis, elements were embedded that justify the continuation of the controversy in the Court, and the need for a solution, as soon as possible, especially in light of the personality rights of the parties involved and judicial security.

KEYWORDS: Access to Justice; Accountability; Child Support; Precedents; Personality Rights.

INTRODUÇÃO

A obtenção da prestação de contas decorrente de obrigação alimentar sempre foi objeto de controvérsia no ordenamento pátrio, sendo certo que o entendimento predominante no Superior Tribunal de Justiça (STJ) era no sentido de seu descabimento, com fundamento na falta de interesse de agir na propositura da competente ação de prestação de contas, cuja previsão na lei processual revogada determinava sua obtenção pela forma mercantil.

Considerando a existência de duas fases no procedimento, basicamente, uma na qual

se determina se a obrigação deve ou não ser cumprida – exibição das contas, e outra em que se deve apurar a existência de eventual crédito em benefício do autor, em caso de rejeição das contas, o entendimento predominante da Corte Superior residia na inequívoca impossibilidade de apuração deste saldo, eis que os alimentos são irrepetíveis, o que tornaria essa demanda inócua.

Ademais, é relevante mencionar que até o advento da Lei nº 13.058/2014, não existia expressamente o dever do genitor guardião e administrador da verba alimentar pertencente ao(s) filho(s), de exibi-la. No entanto, o dever jurídico sempre existiu, baseando-se nas regras gerais do Código Civil, aplicável às relações de família.

Ocorre, porém, que o novo Código de Processo Civil entrou em vigor no ordenamento pátrio em março de 2016, e trouxe reformas consideráveis no procedimento especial da ação de prestação de contas, dentre elas a limitação de seu objeto ao dever de exigir as contas, a faculdade de se instaurar a segunda fase procedimental, a desnecessidade de apresentação das contas na forma mercantil, os efeitos da sentença final, dentre outros.

Estas mudanças ao serem suscitadas diante da interposição de recurso especial, demonstraram o requisito de *distinguishing* em um determinado caso concreto que suscitou o dever da Corte Superior em rever seu posicionamento.

Neste contexto, o objeto da presente pesquisa consiste na análise dos procedimentos da ação de prestação de contas à luz das leis processuais vigentes (CPC/2015) e revogada (CPC/1973), no primeiro capítulo. No segundo, serão apresentados os fundamentos das teses no STJ que consolidam a divergência, ao passo que no terceiro e último capítulo serão analisados os efeitos práticos deste posicionamento, demonstrando a necessidade de sua superação à luz da nova sistemática jurídica e do direito da personalidade dos destinatários.

A metodologia empregada foi a indutiva, mediante análise de casos julgados pelo STJ objetivando tecer uma conclusão geral sobre a temática em voga e o tipo de pesquisa utilizada foi a exploratória, especialmente bibliográfica.

1. O PROCEDIMENTO DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS

É imperioso esclarecer, antes de adentrar na análise procedimental da ação de exigir contas, que a obrigação de prestá-las – destinada a determinadas pessoas que tenham a gestão

de bens ou interesses alheios, encontra seu fundamento de validade em diversas normas vigentes no ordenamento brasileiro e representa uma espécie de obrigação de fazer. A relação contratual também pode dar origem ao dever de prestação de contas.

Neste sentido, é possível citar as seguintes obrigações legais: o sucessor provisório em relação aos bens do ausente (CC, art. 33); o mandatário em face do mandante (CC, art. 668); o genitor guardião em face do outro, em relação aos interesses dos filhos menores (CC, art. 1583, §5º); o advogado em relação ao constituinte (art. 34, XXI, da Lei nº 8.906/94), entre outros.

Seu pressuposto é, fundamentalmente, o vínculo jurídico anterior, que liga uma parte à outra, ou seja, a relação de direito material constituída anteriormente entre elas. A obrigação de prestar contas vai encontrar sua justificativa não no fato jurídico, seja lícito ou ilícito, gerador de obrigações, mas na vinculação anterior de direito material que, por si só, estabelece a necessidade de acerto de contas.²

O aludido dever, quando não realizado de forma espontânea pelo gestor, pode ser objeto de requerimento judicial a ser perseguido pela ação de exigir contas. É possível ainda, o oferecimento destas contas pelo próprio gestor através da ação de prestação de contas, cujo procedimento sofreu mudanças na legislação vigente, em relação à anterior, o que restará demonstrado.

1.1. No Código de Processo Civil de 2015

A vigente legislação processual, desde o ano de 2016, manteve o procedimento de exigir contas dentro dos especiais, precisamente nos artigos 550 a 553 e, segundo Silva e Lamy³ sua etapa cognitiva é composta por duas fases: na primeira, apura-se o direito do autor a exigir contas, resolvendo-se questão preliminar mediante decisão interlocutória; e na segunda, julga-se a idoneidade das contas e se apura o saldo. O legitimado ativo nem sempre é o credor. Não raras vezes, reconhecido seu direito a exigir contas, conclui-se pela existência de saldo em favor do demandado. A sentença que encerra a segunda fase constitui

² SANTOS, Ernani Fidelis. **Dos Procedimentos Especiais do Código de Processo Civil**, vol. VI, arts. 890 a 1.102. 3.ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 79.

³ SILVA, Ricardo Alexandre da; LAMY, Eduardo. **Comentários ao Código de Processo Civil**: artigos 539 a 673. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 141.

título executivo e permite a deflagração de processo de execução ou de medidas coercitivas ou executivas tendentes à satisfação do direito creditório (CPC, art. 552) pelo autor ou pelo réu.

É importante destacar que todo aquele que pretende dar/ofertar as contas, poderá fazê-las por meio de ação pelo procedimento comum, considerando que não há um rito especial que a comporte hodiernamente.

Em breve síntese, o procedimento estabelecido em lei para a ação de exigir contas determina que aquele que afirmar ser titular deste direito deverá especificar, detalhadamente as razões pelas quais exige as contas, mediante prova documental, se necessário, requerendo a citação do réu para a devida apresentação ou o oferecimento de contestação, no prazo de quinze dias.

A partir deste ato, o procedimento poderá sofrer alterações de acordo com a resposta dada pelo réu. Se prestadas as contas, o autor terá o prazo de quinze dias para se manifestar e, se não as impugnar, o feito estará apto ao julgamento conforme o estado do processo, encerrando a primeira fase da demanda. No entanto, se o réu contestar ou o autor impugnar as contas apresentadas pelo réu, o juiz poderá determinar a realização de exame pericial, se necessário.

Portanto, é possível concluir, apesar da confusão legislativa que a primeira fase da ação deva ser encerrada por decisão que reconhece o dever de prestar as contas, na exata forma do §5º do art. 550, ou seja, se o réu não contestar e não apresentar as contas, ou se contestar sem apresentá-las.

Mas o procedimento não termina nesta etapa. Dispõe o §1º do artigo 551 que havendo impugnação específica e fundamentada pelo autor, o juiz estabelecerá prazo razoável para que o réu apresente os documentos justificativos dos lançamentos individualmente impugnados, permitindo a amplitude do contraditório.

É interessante notar que a lei determina que as contas prestadas em juízo, seja pelo autor ou pelo réu, deverão ser ‘apresentadas na forma adequada’ que corresponde, segundo Marcato⁴ como forma mercantil, isto é, com a especificação das receitas e aplicação das despesas, bem como de investimentos, se houver. Entretanto, há entendimento doutrinário,

⁴ MARCATO, Antonio Carlos. **Procedimentos Especiais**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (versão e-book), p. 173.

ao qual o STJ aparenta perfilhar, de que se trata de cláusula aberta, ou seja, sem a necessidade de quaisquer formalidades contábeis, cujos conhecimentos dependeriam de um profissional técnico, bastando, para cumprimento das exigências legais, uma planilha inteligível com a devida especificação das receitas, despesas e, havendo, os investimentos.⁵

Após essa etapa procedimental de apresentação e/ou apuração das contas, com ou sem perícia, o juiz deverá encerrar a segunda fase, por sentença, consistente na apuração do saldo, o qual constituirá título executivo judicial.

1.2. No Código de Processo Civil de 1973

Consubstanciado nas considerações acima acerca da realidade procedimental trazida pela novel legislação processual pátria, é possível afirmar que algumas mudanças foram verificadas.

A sistemática procedimental da lei revogada previa o ajuizamento da ação de prestação de contas por aquele que tinha o direito de exigí-las (ação de exigir contas) e, também, por aquele que estava obrigado a prestá-las (ação de prestação espontânea de contas), estabelecendo procedimentos especiais distintos para uma e outra.

No que tange à ação de contas exigidas, a legitimidade ativa era confiada à pessoa que afirmava o direito de tomá-las e, o réu, aquele alegadamente obrigado a prestá-las. Seu objeto consistia no direito às contas, não a eventual crédito decorrente de sua prestação. Na sistemática processual revogada, eram inconfundíveis o direito ao crédito (cujo titular é, por óbvio, o credor) e o direito às contas (cujo titular é o credor ou o devedor da obrigação pecuniária, dependendo do caso); nesse contexto, consequentemente, ela tinha natureza dúplice, estando ativamente legitimado qualquer dos aludidos sujeitos, figurando como réu aquele em face do qual viria a ser ajuizada.⁶

De outro lado, o CPC/1973 também contemplava a ação de dar/prestar contas, com simetria à ação de consignação em pagamento, com a diferença de não ser obrigado, nesta, de dar ou de pagar, mas de fazer. Isto porque possuem a lógica processual de um remédio para liberar-se de uma obrigação, hipótese em que o sistema jurídico não poderia refutá-la.⁷

⁵ SILVA; LAMY. *Op. Cit.*, p. 159.

⁶ MARCATO, Antonio Carlos. *Op. Cit.*, p. 168-169.

⁷ FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. *Comentários ao Código de Processo Civil, Lei nº 5.869, de 11 de janeiro*

Por fim, é relevante trazer à baila que o código revogado exigia a apresentação das contas na forma mercantil, ou seja, as partes deveriam exibi-las através de uma planilha com as respectivas receitas e despesas, acompanhadas dos documentos justificativos do pedido.⁸

2. A (IM)POSSIBILIDADE DO PEDIDO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ALIMENTARES SEGUNDO ENTENDIMENTO DO STJ

Consoante já exposto alhures, há obrigação de prestar contas quando se trata de obrigação de natureza alimentar, na exata forma do art. 1.583, §5º do Código Civil⁹, do genitor guardião em face do outro, em relação aos interesses do(s) filho(s) menores.

É, porém, imprescindível esclarecer que a atual redação deste dispositivo legal foi inserida pela Lei nº 13.058 de 2014, sendo certo que até então o dever de prestar contas na hipótese era rechaçado pelo ordenamento pátrio.

Neste sentido, a jurisprudência uniforme dos tribunais pátrios seguia no sentido da inadmissão da ação de prestação de contas de natureza alimentar, sob fundamento da falta de interesse processual para tal desiderato, o que será melhor desenvolvido adiante.

Ocorre que, com a aludida alteração legislativa, restou expresso em nosso sistema jurídico o direito-dever de esclarecimento, de informações e de prestação de contas entre os genitores, quando se tratar de interesses comuns do(s) filho(s).

Por este motivo, diante do inequívoco *distinguishing*¹⁰ restou admitido o REsp

de 1973, vol. VIII, tomo III: arts. 890 a 945. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 327.

⁸ Art. 917 CPC/1973. As contas, assim do autor como do réu, serão apresentadas em forma mercantil, especificando-se as receitas e a aplicação das despesas, bem como o respectivo saldo; e serão instruídas com os documentos justificativos.

⁹ Art. 1.583 CC. A guarda será unilateral ou compartilhada. [...] § 5º A guarda unilateral obriga o pai ou a mãe que não a detenha a supervisionar os interesses dos filhos, e, para possibilitar tal supervisão, qualquer dos genitores sempre será parte legítima para solicitar informações e/ou prestação de contas, objetivas ou subjetivas, em assuntos ou situações que direta ou indiretamente afetem a saúde física e psicológica e a educação de seus filhos.

¹⁰ MITIDIERO, Daniel. **Precedentes**: da persuasão à vinculação. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 102: [...] Se há semelhanças relevantes entre os casos, aplica-se o precedente. A ausência de aplicação do precedente ao caso – ou a aplicação de precedente diverso daquele que é o apropriado – constitui um equívoco de julgamento. Podem, no entanto, existir diferenças entre os casos. Nessas hipóteses não há que se falar em exceção ao valor vinculante do precedente. O que há é a pura e simples ausência de incidência do precedente. O precedente não se aplica, porque ausentes seus pressupostos de incidência – o caso sob julgamento simplesmente recai fora do âmbito do precedente. Nessas hipóteses existe a necessidade de distinção entre os casos (art. 927, §1º, CPC). Para tanto, o juiz tem o dever de indicar na fundamentação da decisão a razão pela qual os casos são diferentes, não bastando a simples invocação de caso diverso (art. 485, §1º, V, do CPC) ou a simples desconconsideração do caso invocado como precedente (art. 485, §1º, VI, do CPC). [...]

1.814.639 – RS, cuja controvérsia gira em torno da viabilidade jurídica da ação de prestar (exigir) contas ser ajuizada pelo alimentante contra a guardiã do menor/alimentado para obtenção de informações acerca da destinação da pensão paga mensalmente. Segundo o fundamento da tese vencedora, o ingresso no ordenamento jurídico da Lei nº 13.058/2014, incluiu a polêmica norma contida no § 5º do art. 1.583 do CC/02, versando sobre a legitimidade do genitor não guardião para exigir informações e/ou prestação de contas contra a guardiã unilateral, devendo a questão ser analisada, com especial ênfase, à luz dos princípios da proteção integral da criança e do adolescente, da isonomia e, principalmente, da dignidade da pessoa humana, que são consagrados pela ordem constitucional vigente.

O aludido recurso, julgado pela 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, em 26 de maio de 2020, reconheceu a necessária mudança de entendimento na jurisprudência uníssona da Corte, em razão da alteração legislativa. Ocorre que, embora essa decisão tenha sido recepcionada por muitos juristas como um novo precedente, a questão ainda não está devidamente pacificada, uma vez que em 06 de outubro de 2020, a 4ª Turma, no julgamento do REsp 1.704.311/MG, de Relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão, aplicou o entendimento pacificado da Corte de não cabimento da ação de prestação de contas na hipótese de obrigação alimentar, o que justifica uma análise pormenorizada da matéria, considerando que decisões conflitantes em sede de julgamento nas Cortes de Vértice¹¹, geram não só insegurança jurídica como, também, violação à Dignidade Humana e ao direito da personalidade do jurisdicionado.

Assim, é mister, ao fim e ao cabo, a análise dos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria em voga, para que se possam tecer considerações sobre a natureza das decisões tomadas e se, de fato, podem ser consideradas ‘precedentes’ e/ou produzir força vinculante, senão vejamos.

2.1. Pela Admissibilidade

¹¹ MITIDIERO, Daniel. **Cortes Superiores e Cortes Supremas:** do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente. 3.ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 43. “A Corte Superior – tomada como um *modelo de corte de vértice* da organização judiciária – caracteriza-se por pressupor, do ponto de vista da teoria do direito, a identificação entre *texto, norma e regra* jurídica, a adoção da teoria cognitivista da interpretação judicial e a assunção da *declaração da norma jurídica pré-existente* que rege o caso concreto levado a juízo pelas partes como tarefa da jurisdição.”.

No julgamento do REsp 1.814.639¹², pela primeira e única vez, até o presente momento, a Terceira Turma do STJ, por maioria, firmou entendimento no sentido de admitir a propositura da ação de exigir contas pelo genitor, não guardião, quando se tratar dos recursos pagos por este, destinados ao(s) filho(s) menores, cujos interesses são administrados pelo outro.

No voto vencedor, capitaneado pelos Ministros Moura Ribeiro, Marco Aurélio Belizze e Nancy Andrichi prevaleceu a tese de ser juridicamente viável, com fundamento no § 5º do art. 1.583 do CC/02, a ação de exigir de contas ajuizada pelo alimentante, em nome próprio, contra a genitora guardiã do alimentado para obtenção de informações sobre a

¹² **EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PENSÃO ALIMENTÍCIA. ART. 1.583, § 5º, DO CC/02. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. VIABILIDADE JURÍDICA DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS. INTERESSE JURÍDICO E ADEQUAÇÃO DO MEIO PROCESSUAL PRESENTES. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. [...] 3. O cerne da controvérsia gira em torno da viabilidade jurídica da ação de prestar (exigir) contas ajuizada pelo alimentante contra a guardiã do menor/alimentado para obtenção de informações acerca da destinação da pensão paga mensalmente. 4. O ingresso no ordenamento jurídico da Lei nº 13.058/2014 incluiu a polêmica norma contida no § 5º do art. 1.583 do CC/02, versando sobre a legitimidade do genitor não guardião para exigir informações e/ou prestação de contas contra a guardiã unilateral, devendo a questão ser analisada, com especial ênfase, à luz dos princípios da proteção integral da criança e do adolescente, da isonomia e, principalmente, da dignidade da pessoa humana, que são consagrados pela ordem constitucional vigente. 5. Na perspectiva do princípio da proteção integral e do melhor interesse da criança e do adolescente e do legítimo exercício da autoridade parental, em determinadas hipóteses, é juridicamente viável a ação de exigir contas ajuizada por genitor(a) alimentante contra a(o) guardiã(o) e representante legal de alimentado incapaz, na medida em que tal pretensão, no mínimo, indiretamente, está relacionada com a saúde física e também psicológica do menor, lembrando que a lei não traz palavras inúteis. 6. Como os alimentos prestados são imprescindíveis para própria sobrevivência do alimentado, que no caso tem seríssimos problemas de saúde, eles devem ao menos assegurar uma existência digna a quem os recebe. Assim, a função supervisora, por quaisquer dos detentores do poder familiar, em relação ao modo pelo qual a verba alimentar fornecida é empregada, além de ser um dever imposto pelo legislador, é um mecanismo que dá concretude ao princípio do melhor interesse e da proteção integral da criança ou do adolescente. 7. O poder familiar que detêm os genitores em relação aos filhos menores, a teor do art. 1.632 do CC/02, não se desfaz com o término do vínculo matrimonial ou da união estável deles, permanecendo intacto o poder-dever do não-guardião de defender os interesses superiores do menor incapaz, ressaltando que a base que o legitima é o princípio já destacado. 8. Em determinadas situações, não se pode negar ao alimentante não-guardião o direito de averiguar se os valores que paga a título de pensão alimentícia estão sendo realmente dirigidos ao beneficiário e voltados ao pagamento de suas despesas e ao atendimento dos seus interesses básicos fundamentais, sob pena de se impedir o exercício pleno do poder familiar. 9. Não há apenas interesse jurídico, mas também o dever legal, por força do § 5º do art. 1.538 do CC/02, do genitor alimentante de acompanhar os gastos com o filho alimentado que não se encontra sob a sua guarda, fiscalizando o atendimento integral de suas necessidades materiais e imateriais essenciais ao seu desenvolvimento físico e também psicológico, aferindo o real destino do emprego da verba alimentar que paga mensalmente, pois ela é voltada para esse fim. 9.1. O que justifica o legítimo interesse processual em ação dessa natureza é só e exclusivamente a finalidade protetiva da criança ou do adolescente beneficiário dos alimentos, diante da sua possível malversação, e não o eventual acerto de contas, perseguições ou picuinhas com a(o) guardiã(ao), devendo ela ser dosada, ficando vedada a possibilidade de apuração de créditos ou preparação de revisional pois os alimentos são irrepetíveis. 10. Recurso especial parcialmente provido. (REsp 1814639/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/05/2020, DJe 09/06/2020)

destinação da pensão paga mensalmente, desde que proposta sem a finalidade de apurar a existência de eventual crédito, pois os alimentos prestados são irrepetíveis. Esse mecanismo protecionista dos reais interesses superiores da criança e do adolescente, materializado pelo legislador no citado dispositivo do Código Civil em vigor, se revela um instrumento eficaz para o exercício pleno do poder familiar, dando concretude ao atributo da atividade fiscalizatória do genitor não-guardião dos interesses dos filhos.

Prosseguindo na análise dessa matéria tão peculiar e controvertida, como demonstrou o Ministro Relator no seu voto, algumas considerações a respeito do interesse de agir do alimentante não-guardião na ação de exigir contas forma feitas: não há apenas interesse jurídico, mas também o dever legal, por força do § 5º do art. 1.538 do CC/02, do genitor alimentante de acompanhar os gastos com o filho alimentado que não se encontra sob a sua guarda, fiscalizando o atendimento integral de suas necessidades materiais e imateriais essenciais ao seu desenvolvimento físico e também psicológico, aferindo o real destino do emprego da verba alimentar que paga mensalmente, pois ela é voltada para esse fim; o que justifica o legítimo interesse processual em ação dessa natureza é só e exclusivamente a finalidade protetiva da criança ou do adolescente beneficiário dos alimentos prestados, e não o eventual acertamento de contas, perseguição ou picuinhas com a(o) guardiã(ao), devendo a medida ser dosada e, preferencialmente utilizada, na hipótese em que haja, pelo menos, suspeita de malversação dos alimentos, pelo administrador da verba.

É mister registrar que ficaram vencidos os Ministros Paulo de Tarso Sanseverino e Ricardo Villas Bôas Cueva que perfilhavam da manutenção da tese já sufragada na Corte, de inadmissibilidade da prestação de contas de obrigação alimentar, citando, inclusive diversos precedentes que serão mencionados adiante.

Não é demasiado asseverar que no voto vencido do Relator Min. Paulo de Tarso Sanseverino há menção expressa acerca da polêmica interpretação do enunciado normativo do §5º do art. 1.583, do Código Civil, introduzido pela lei nº 13.058/2014, mas seu entendimento final não afastou a tese já consolidada da Corte acerca da falta de interesse processual do alimentante em exigir as contas da detentora da guarda do alimentando, ressaltando que uma vez cumprida a obrigação, a verba não mais compõe o seu patrimônio, remanescendo a possibilidade de discussão do montante em juízo com ampla instrução probatória.

2.2. Pela Inadmissibilidade

É imperioso registrar que há diversos julgados em sentido contrário na mesma Corte superior, inclusive após o precedente acima analisado, o que denota flagrante insegurança jurídica, hipótese em que se justifica uma solução tempestiva e a contento para os destinatários da prestação jurisdicional.

Para justificar a controvérsia, é fundamental citar o julgamento da Quarta Turma da mesma Corte Superior, cinco meses após ao anteriormente mencionado, posicionando-se em sentido inverso, qual seja, de manutenção da tese da sua inadmissibilidade.¹³

Os argumentos deste entendimento outrora sedimentado consistem, em síntese, na falta de interesse de agir daquele que presta os alimentos em relação ao que administra a verba alheia, sob a ótica de que o exercício do direito de fiscalização conferido a quaisquer dos genitores em relação aos alimentos prestados ao filho menor, vai muito além da mera averiguação aritmética do que foi ou deixou de ser investido em prol do alimentando.

Isto porque tal fato afeta mais intensamente na qualidade daquilo que é proporcionado, a fim de assegurar saúde, segurança e educação do alimentado, da forma mais compatível possível com a condição social experimentada por sua família. Ademais, o reconhecimento de eventual má utilização das verbas recebidas pelo detentor da guarda não culminará em qualquer vantagem ao autor da ação, diante do caráter de irrepetibilidade dos alimentos.

Com estes argumentos, em diversos e reiterados julgamentos, o STJ vinha mantendo sua jurisprudência firme no sentido da impossibilidade de ajuizamento de ação de prestação de contas, seja para exigir ou prestar, quando envolver obrigação alimentar. Esta inclusive foi a tese que fundamentou os votos vencidos no julgamento do REsp 1814639/RS, no qual

¹³ **EMENTA:** AGRAVO INTERNO. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. ALIMENTOS. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS. [...] 3. Em regra, a ação de exigir contas é via inadequada para fiscalização dos recursos decorrentes da obrigação alimentar. [...] (AgInt nos EDcl no REsp 1.704.311/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, **QUARTA TURMA, julgado em 06/10/2020**, DJe 16/10/2020)

restaram citados os seguintes precedentes: - REsp 970147-SP¹⁴; REsp 985061-DF¹⁵; AgRg no Ag 1269320 / PR¹⁶; AgRg no REsp 1378928-PR¹⁷ e REsp 1637378-DF¹⁸.

É conveniente salientar que o principal fundamento dos tribunais pátrios rechaçarem o cabimento da(s) ação(ões) de prestação e/ou de exigir contas no ordenamento brasileiro, apesar de sua natureza pessoal/obrigacional, concentra-se no objetivo desta que é, em regra, a obtenção de um *quantum debeatur*, a ser fixado em sentença, em caso de apuração de

¹⁴ **EMENTA:** RECURSO ESPECIAL - DIREITO DE FAMÍLIA - AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - ALIMENTOS - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DO ALIMENTANTE EM DEFLAGRAR, EM FACE DA GENITORA DO ALIMENTADO, DEMANDA NOS MOLDES DO ART. 914 E SEQUENTES DO CPC. INSURGÊNCIA DO AUTOR. [...] 2. Ausência de interesse processual daquele que presta alimentos a compelir o detentor da guarda do menor a prestar contas nos moldes dos aludidos artigos legais, porquanto o exercício do direito de fiscalização conferido a quaisquer dos genitores em relação aos alimentos prestados ao filho menor, vai muito além da mera averiguação aritmética do que foi ou deixou de ser investido em prol do alimentando. Toca mais intensamente na qualidade daquilo que lhe é proporcionado, a fim de assegurar sua saúde, segurança e educação da forma mais compatível possível com a condição social experimentada por sua família (CC, art. 1.694, caput). Ademais, o reconhecimento da má utilização das quantias pelo genitor detentor da guarda não culminará em qualquer vantagem ao autor da ação, ante o caráter de irrepetibilidade dos alimentos, e, ainda, em face de a obrigação alimentar, e seus respectivos valores, restarem definidos por provimento jurisdicional que somente pode ser revisto através dos meios processuais destinados a essa finalidade. 3. Recurso especial conhecido e desprovido. (REsp 970.147/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 04/09/2012, DJe 16/10/2012)

¹⁵ **EMENTA:** Direito civil e processual civil. Família. Recurso especial. Ação de prestação de contas. Alimentos. Ausência de interesse de agir. (REsp 985.061/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/05/2008, DJe 16/06/2008).

¹⁶ **EMENTA:** AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - OBRIGAÇÃO ALIMENTAR - INTERESSE DE AGIR - AUSÊNCIA - PRECEDENTE - AGRAVO IMPROVIDO. (AgRg no Ag 1269320/PR, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/03/2011, DJe 04/04/2011)

¹⁷ **EMENTA:** AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE DESPESAS ALIMENTÍCIAS. DEMANDA QUE OBJETIVA A FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DA VERBA ALIMENTAR. AÇÃO INADEQUADA AO FIM COLIMADO. 1.- Segundo a jurisprudência desta Corte, o alimentante não detém interesse de agir quanto a pedido de prestação de contas formulado em face da mãe do alimentando, filho de ambos, sendo irrelevante, a esse fim, que a ação tenha sido proposta com base no art. 1.589 do Código Civil, uma vez que esse dispositivo autoriza a possibilidade de o genitor que não detém a guarda do filho fiscalizar a sua manutenção e educação, sem, contudo, permitir a sua ingerência na forma como os alimentos prestados são administrados pela genitora. 2.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp 1378928/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/08/2013, DJe 06/09/2013)

¹⁸ **EMENTA:** RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. ALIMENTOS. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. DEVEDOR. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. CRÉDITO. INEXISTÊNCIA. ADMINISTRAÇÃO. VALORES. GUARDA. EXCLUSIVIDADE. IRREPETIBILIDADE. UTILIDADE. AUSÊNCIA. [...] 3. Nas obrigações alimentares, não há saldo a ser apurado em favor do alimentante, porquanto, cumprida a obrigação, não há repetição de valores. 4. A ação de prestação de contas proposta pelo alimentante é via inadequada para fiscalização do uso de recursos transmitidos ao alimentando por não gerar crédito em seu favor e não representar utilidade jurídica. 5. O alimentante não possui interesse processual em exigir contas da detentora da guarda do alimentando porque, uma vez cumprida a obrigação, a verba não mais compõe o seu patrimônio, remanescendo a possibilidade de discussão do montante em juízo com ampla instrução probatória. 6. Recurso especial não provido. (REsp 1637378/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 06/03/2019)

algum saldo verificado no encontro de contas realizados na segunda fase da ação.

Esse argumento foi utilizado, inclusive, no voto vencido do Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, no julgamento do REsp 1.814.639/RS, cuja transcrição segue em destaque:

[...] Esta via processual especial, que possui assento nos artigos 550 a 553, do Código de Processo Civil (correspondentes aos artigos 914 a 919 do CPC/1973), está vocacionada, essencialmente, à apuração de um crédito a partir de uma relação jurídica material subjacente, o que evidencia a sua natureza condenatória [...]. Interessante notar que a prestação de contas não tem como objetivo final tão somente o acertamento das receitas e despesas na administração de bens, valores ou interesses, considerando-se que a discussão das contas será realizada de forma incidental somente como meio para se definir a responsabilidade de pagar do devedor. Essa circunstância leva a melhor doutrina a entender pela natureza condenatória dessa ação, considerando que o seu resultado será a condenação do devedor ao pagamento do saldo apurado. A natureza da ação é realmente condenatória, até mesmo porque os dois pedidos necessariamente cumulados na petição da ação e exigir contas têm essa natureza: (a) condenação à prestação das contas (obrigação de fazer); (b) condenação ao pagamento do saldo residual (obrigação de pagar). [...]

Por fim, é importante mencionar que por questões estritamente processuais, a aplicação de efeitos, ou ao menos, o reconhecimento da divergência entre os julgados mencionados da 3ª e 4ª Turmas, foi refutado pelo Relator no julgamento do Agravo Interno nos Embargos de Declaração no REsp nº 1.704.311- MG, sob o seguinte argumento: “Por meio da petição de fls. 1.025-1.028, *o recorrente* articula com recente julgado da Terceira Turma que, segundo alega, teria adotado novo posicionamento a respeito. No entanto, além de se tratar de questão não aventada nas razões do agravo interno, este recurso não é o meio adequado para que as partes busquem fazer prevalecer a orientação dada por outro órgão julgador - e ainda por maioria de três votos a dois - acerca do tema.”.

Conclui-se, portanto, que a questão em voga é, de fato, deveras controvertida tanto à luz da doutrina quanto da jurisprudência. No entanto, é verídico que a divergência precisa ser sanada por esta Corte de vértice, considerando que o objeto da tese envolve direitos fundamentais, como a segurança jurídica e o acesso à justiça, que se irradia, ainda, para os direitos da personalidade, como a liberdade e a autonomia privada, sem prejuízo da tutela dos direitos da criança e adolescentes que, pelo ordenamento pátrio, merecem proteção integral pela família, comunidade, sociedade e Estado, incluído o Poder Judiciário.

3. APLICABILIDADE PRÁTICA DO DIREITO DE EXIGIR CONTAS

ALIMENTARES À LUZ DO CPC/2015 E DO DIREITO DA PERSONALIDADE DAS PARTES

Primeiramente, é fundamental justificar a viabilidade jurídica da ação de exigir contas ajuizada pelo alimentante em face da(o) guardiã(o) do menor/alimentando para obtenção de informações acerca da destinação da pensão paga mensalmente, considerando tratar-se de direito a ser exercido sob o prisma do princípio da proteção integral e do melhor interesse da criança e adolescente, consagrado no ECA – Estatuto da Criança e Adolescente; bem como pelo legítimo exercício da autoridade parental, disposto no art. 1634, do Código Civil.

É possível afirmar que a aplicabilidade prática da aludida ação judicial de exigir contas é, exatamente, permitir que a norma prevista no §5º do art. 1.583 do Código Civil produza sua plena efetividade, que é assegurar maior proteção aos filhos menores. Neste sentido explica Rolf Madaleno¹⁹:

[...] consagra a possibilidade sempre negada pela jurisprudência brasileira da ação de prestação de contas do pagamento da pensão alimentícia, atribuindo, expressamente, legitimidade ativa ao genitor não guardião para solicitar informações ou prestação de contas sobre assuntos ou situações que reflitam sobre a saúde física e psicológica e educação dos filhos e, obviamente, neste espectro de incidências, a pensão alimentícia se apresenta como fundamental direito a ser fiscalizado, pois ainda que os alimentos não possam ser restituídos, ao menos a readequação dos fatos pode ser redirecionada.

Assim, compete ao STJ, na qualidade de Corte de precedente, ajustar sua jurisprudência à nova lei federal aprovada com esta finalidade, considerando que a manutenção do posicionamento seria uma forma de afastar a aplicação da lei sem a declaração de sua inconstitucionalidade o que, por sua vez, viola os art. 97 da Constituição e a Súmula Vinculante nº 10, considerando o dever do órgão fracionário suspender o julgamento e obter previamente a apreciação da Corte Especial antes de prosseguir com o julgamento do mérito, o que em nenhum momento foi realizado.

3.1. A necessidade de superação da jurisprudência do STJ

¹⁹ MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. 10. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 1.023.

Inicialmente, é conveniente tecer alguns esclarecimentos conceituais acerca da diferença entre precedente e jurisprudência, de modo que seja possível definir a natureza da decisão tomada no REsp 1.814.639/RS e se poderia produzir efeitos vinculantes na forma da nova lei processual.

Segundo Camargo²⁰ a distinção básica entre precedente e jurisprudência reside na circunstância de que enquanto precedente é substantivo singular, a jurisprudência é substantivo coletivo, e, para ser corretamente denominada como tal, deve se constituir de um conjunto de decisões ou acórdãos uniformes, que reflitam o pensamento dominante de determinado tribunal ou, se possível, do Poder Judiciário por inteiro.

Para Mancuso²¹ é preciso tecer diferença entre acórdão e jurisprudência, registrando que ambos podem funcionar como paradigma apto a influenciar outros casos análogos, vejamos:

A relação entre acórdão e jurisprudência é tanto *qualitativa* como *quantitativa*: sob o primeiro enfoque, um acórdão, quando atrelado a outros que lhe são consonantes, enseja a formação de uma *jurisprudência* sobre uma dada *quaestio iuris*; sob o segundo prisma, não se descarta que um acórdão, embora isolado, pode – a depender da relevância/singularidade da matéria e/ou da consistência jurídica da motivação – vir a se converter num ponto de referência, um vero *leading case*, com aptidão para projetar *expressiva influência* no julgamento de outros casos análogos, autorizando falar-se na figura dos *superprecedentes*.

Na hipótese concreta, considerando o critério indutivo utilizado, cujo foco de análise são casos julgados pelo STJ sobre a matéria, é relevante concluir que há, de fato, uma controvérsia relevante, considerando a divergência entre a jurisprudência dominante e um precedente emanado de uma Turma que a contraria. Neste condão, a questão deveria ser solucionada através da interposição do recurso de embargos de divergência, na forma do artigo 1.043 do CPC e artigo 266 do Regimento Interno do STJ, mas dependeria de provocação da parte interessada, o que não ocorreu no julgamento do REsp 1.814.639/RS, que abriu a controvérsia.

Este precedente, ainda que prolatado mediante acórdão não unânime, tem o condão de produzir eficácia vertical, ou seja, persuasiva a todos os demais órgãos jurisdicionais do

²⁰ CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. A força dos Precedentes no Moderno Processo Civil Brasileiro. In WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). **Direito Jurisprudencial**. São Paulo: Revista do Tribunais, 2012, p. 556.

²¹ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Sistema Brasileiro de Precedentes**: natureza, eficácia e operabilidade. 2.ed. São Paulo: Revista do Tribunais, 2016, p. 431-432.

país, uma vez que o STJ é uma Corte de precedentes. O problema está no fato de que não há força vinculante no plano horizontal, ou seja, aos demais órgãos do próprio STJ, até que a questão seja pacificada pela Corte Superior, na forma do Regimento Interno. Todavia este fato só poderá acontecer mediante provocação das partes em recurso oportuno.

Marinoni²² esclarece com maestria a questão:

[...] Entretanto, os precedentes do Superior Tribunal de Justiça, para adquirirem eficácia vertical obrigatória, obviamente não necessitam ser discutidos mediante embargos de divergência. Os precedentes das Turmas têm eficácia vertical obrigatória ou vinculante, embora não tenham igual eficácia no sentido horizontal. Uma Turma não está obrigada a respeitar precedente firmado pela outra, sejam elas de uma mesma Seção ou de Seções diferentes. O precedente de Turma perde automaticamente a sua força obrigatória no momento em que os embargos de divergência são recebidos. Neste caso, a decisão que julga os embargos passa a constituir precedente obrigatório. [...]

O STJ como Corte de precedentes, tem o dever de esclarecimento e direcionamento de suas decisões ao caso concreto, na hipótese de modificação de sua jurisprudência pacificada, considerando a regra expressa do artigo 927, § 4º do CPC²³, em razão dos princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia.

Neste sentido é conveniente lembrar que é da essência da função jurisdicional o seu desenvolvimento “em direta conexão com as partes interessadas”, que gera no povo o “sentimento de participação”, que confere legitimidade democrática à função judiciária. Não tendo, como o legislador, compromisso com a maioria, é a realidade dos casos concretos e dos dramas vividos pelas partes que torna a criação jurisprudencial, sedimentada ao longo de extenso período de experiências, um elemento fundamental na revelação de princípios e valores duradouros.²⁴

É evidente que a atividade judicial não pode e não deve extrapolar sua função interpretativa para alcançar a legislativa. No entanto, é imprescindível que o Poder Judiciário, em especial através de suas Cortes de Precedente estabeleçam padrões de

²² MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes Obrigatórios**. 3.ed., São Paulo: Revista do Tribunais, 2013, p. 496.

²³ Art. 927 CPC. Os juízes e os tribunais observarão: [...] § 4º A modificação de enunciado de súmula, **de jurisprudência pacificada** ou de tese adotada em julgamento de casos repetitivos observará a necessidade de fundamentação adequada e específica, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia. (Grifo Nosso)

²⁴ GRECO, Leonardo. Novas Perspectivas da efetividade e do garantismo processual. *In*: RODRIGUES, Walter dos Santos; SOUZA, Marcia Cristina Xavier de. (Coord.) **O novo código de processo civil: garantias fundamentais do processo: um desafio ao novo CPC**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 26-27.

julgamento que garantam a segurança jurídica necessária ao destinatário geral da norma, a sociedade.

Isto porque, segundo a própria legislação processual civil no Brasil, é dever dos tribunais uniformizar a jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente (CPC, art. 926).

Destarte, para cumprimento das exigências legais, é preciso sedimentar a certeza de que as decisões judiciais serão livres de idiossincrasias e/ou politicagens, em especial quando emanadas das Cortes de vértice que têm o condão de elaborar precedentes vinculantes.

Neste contexto, espera-se que as decisões judiciais sejam coerentes da seguinte forma: a) *se há semelhanças relevantes entre os casos* – aplica-se o precedente; b) *se há distinção entre os casos* – aplica-se a regra do art. 927, §§1º a 5º, do CPC, no qual deve-se indicar a fundamentação precisa acerca da diferença entre os casos julgados, sendo vedada a generalidade ou, ainda, a possibilidade de sua superação. Segundo Mitidiero²⁵:

[...] Um precedente pode ser alterado de forma integral (*overruling*) ou parcial (*overturning*). Nesse último caso o precedente pode ser reescrito (*overriding*) ou transformado (*transformation*). A superação total de um precedente (*overruling*) constitui a resposta judicial ao desgaste da sua congruência social e da sua consistência sistêmica ou a um *evidente equívoco* na sua solução. Quando o precedente carece de congruência e consistência ou é evidentemente equivocado, os princípios básicos que sustentam a regra do *stare decisis* – segurança jurídica, liberdade e igualdade – deixam de autorizar a sua replicabilidade (*replicability*), com o que deve ser superado, sob pena de estancar-se o processo de contínua evolução do Direito. Essa conjugação é tida pela doutrina como a norma básica para superação de precedentes (*basic overruling principle*). A *alteração parcial* de um precedente (*overturning*) pode ocorrer mediante a sua transformação (*transformation*) ou reescrita (*overriding*). Isso porque promoção da unidade prospectiva do Direito, pode não ser oportuna ou necessária a superação total do precedente. Há *transformação* quando a corte, sem negar formalmente o precedente, isto é, sem admitir desgaste ou equívoco da antiga solução, *reconfigura-o parcialmente*, tomando em consideração aspectos fático-jurídicos *não tidos por relevantes* na decisão anterior. Em tese, a transformação serve para alterar em parte o precedente com a produção de resultado com ele compatível. Há *reescrita* quando a corte *redefine o âmbito de incidência* do precedente. O precedente é normalmente reescrito com o fim de restringir o seu âmbito de aplicação. A partir da reescrita algo que *não foi considerado* na decisão anterior é sopesado e aí o seu alcance é comprimido.

Considerando ser dever dos tribunais superiores brasileiros estabelecer precedentes com força vinculante, de modo a garantir não só a segurança jurídica, mas, e em especial, a igualdade material e formal dos casos a serem julgados em todo o território nacional, não é

²⁵ MITIDIERO, Daniel. **Precedentes**. *Op. Cit.*, p. 103.

possível conceber decisões anacrônicas que não encontrem refúgio nas hipóteses acima aventadas. Em outras palavras, a Corte de vértice deve deixar clara sua opção: ou aplica o precedente, mediante a manutenção da tese; ou modifica-o, mediante justificativa coerente e segura da mudança, estabelecendo um novo paradigma, em caso superação total, ou a nova interpretação, em caso de superação parcial.

O que não se pode admitir, diante na expressa redação do artigos 926 e 927 do CPC é a insensatez do não esclarecimento da controvérsia, deixando a sociedade e os demais órgãos responsáveis pela aplicação do direito, diga-se, juízes, advogados e outros interessados, sem uma resposta acerca do padrão de julgamento do conflito em voga, o que não só gera insegurança jurídica, como viola a isonomia, permitindo decisões diversas, quiçá conflitantes, e, ainda, aumentando as demandas, ao invés de reduzi-las, pacificá-las.

É o cumprimento da lei processual que garante estabilidade e coerência ao ordenamento jurídico e, conseqüentemente, a obrigatoriedade do estabelecimento de precedentes obrigatório.

A eficácia obrigatória não é uma exigência abstrata, desejada por uma determinada forma de compreender o direito, mas uma decorrência da igualdade. O mesmo fundamento que levou à formulação da frase de que “todos são iguais perante a lei” está implícito na necessidade de se ter as decisões das Cortes Supremas como precedentes obrigatórios. Trata-se de algo imprescindível num país que realmente acredita – e se cansou de demagogicamente proclamar – que todos devem ser igualmente tratados perante o direito, consoante alerta Marinoni²⁶.

É mister concluir que é dever das Cortes de vértice agir, no dizer de Piero Calamandrei²⁷, “cada uma da melhor maneira possível no seu próprio campo, a fim de que o homem, todos os homens, de todas as classes e de todos os países, deixem de ser coisa e se tornem pessoas.” Isto porque, por traz de qualquer demanda judicial há uma pessoa humana, ansiosa por uma prestação jurisdicional eficiente²⁸, o que justifica a concreta

²⁶ MARINONI, Luiz Guilherme. **A Ética dos Precedentes**: justificativa do novo CPC. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 108.

²⁷ CALAMANDREI, Piero. **Processo e Democracia**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2.ed., 2018, p. 110.

²⁸ CUNHA, Leonardo Carneiro. O Princípio da Eficiência no Novo Código de Processo Civil. In DIDIER JR., Fredie *et al.* (Coord.) **Nomas Fundamentais**. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 367. “[...] A eficiência relaciona-se com o alcance de finalidades pré-estabelecidas, dizendo respeito aos meios empregados para tanto. Haverá eficiência se os meios adotados forem ótimos, gerando pouco esforço ou dispêndio, como o melhor resultado possível. [...]”

relação da processualística com os direitos da personalidade, que será melhor elucidado no próximo item.

3.2. A prestação de contas e o direito da personalidade: uma relação de causa e efeito

Ante de serem tecidas as devidas considerações acerca da ação de exigir contas e sua importância para as relações de família, que é o foco do presente estudo, é importante a sedimentação da tese central que é a pessoa humana e sua personalidade, intimamente ligada ao direito civil, não mais estritamente patrimonial como de outrora, mas sob o liame existencial, que permeia a tônica atual da sistemática civil-constitucional.

Neste contexto, mister trazer à baila os ensinamentos de Rodrigues²⁹

[...] Como já afirmamos, personalidade, em um sistema jurídico ordenado pelos valores e princípios constitucionais, não pode significar para o direito civil apenas a possibilidade de ser sujeito de direito. Associada à expressão do ser humano, a personalidade constitui valor e interesse central de nosso ordenamento. Dito diversamente, a personalidade deve ser encarada como um valor inerente ao ser humano. Tal postura implica a ruptura com o conceito formal de pessoa, da pandectística, em prol do ser humano em si mesmo considerado, ou seja, além de repensar a noção de pessoa, faz-se necessário voltar todo o ordenamento privatístico em torno do Homem, da sua realização, do desenvolvimento de sua personalidade; a pessoa em concreto passa a ser, não de forma retórica, o centro do ordenamento. [...]

Não se pode olvidar que não basta o ordenamento afirmar que a pessoa humana e sua personalidade são elementos centrais, é preciso instrumentos para sua proteção e efetivação, no qual se insere a sistemática processual, que ora se analisa.

Como os conflitos que envolvem relações familiares são inequivocamente complexos, exatamente porque interferem nas íntimas relações de afeto, valores inerentes à própria dignidade humana individualizada, é necessária uma releitura das regras processuais, como proposto por Medina³⁰ que sugere um novo processo civil-constitucional das famílias no ordenamento pátrio.

Isto porque o livre desenvolvimento da personalidade é um pressuposto constitucional da liberdade nas relações familiares. É da concepção de que a família é base da sociedade que se justifica uma especial proteção do Estado (CF, art. 226), o qual tem o

²⁹ RODRIGUES, Rafael Garcia. A pessoa e o ser humano no Código Civil. In TEPEDINO, Gustavo (Coord.) **O Código civil na perspectiva civil-constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2013, p. 47.

³⁰ MEDINA, Valéria Julião Silva. **Processo de Família e o Novo CPC: prática processual versus** Direito Material. Curitiba: Juruá, 2017, p. 133-134.

dever de instituir uma série de direitos e garantias também dispostos no próprio texto constitucional.

Há que se ressaltar, ainda, que a controvérsia em apreço viola flagrantemente os princípios da proteção integral e do melhor interesse da criança e do adolescente, influenciando no legítimo exercício da autoridade parental, produzindo reflexos diretos nos direitos da personalidade de cada um dos atores envolvidos nos dilemas de família.

Assim sendo, não é demasiado afirmar que dentre as garantias constitucionais destinadas à proteção à família está a da segurança jurídica que, em uma concepção mais ampla, abrange a garantia de permanência e a proteção de confiança contra restrições que a atinjam como instituição e como direito fundamental. Tal proteção pressupõe condições sociais mínimas e, especialmente, estáveis para a sua manutenção. Humberto Ávila³¹ ratifica:

[...] a proteção de instituições sociais estáveis, como a família e o casamento, pressupõe a criação de um estado de estabilidade institucional que marca, precisamente, um dos elementos do princípio da segurança jurídica: confiabilidade pela permanência. Ao proteger a família, a CF/88 está protegendo a segurança jurídica como segurança do Direito e dos direitos. Todas as considerações acima realizadas a respeito dos direitos de liberdade, patrimoniais e não-patrimoniais, atestam que a CF/88, por meio do estabelecimento de ideais específicos a serem buscados, protege a segurança jurídica como segurança dos direitos, que pressupõe segurança dos Direitos, de qualquer cidadão frente ao Estado, a ser realizada pelo Estado por meio de regras, de atos e de procedimentos capazes de garantir os direitos individuais.

É dentro deste contexto que se insere a necessidade de o Poder Judiciário, através de sua Corte de Precedente, conceber uma interpretação coerente com a norma civil vigente acerca do direito de exigir a devida prestação de contas ao administrador da verba alimentar do(s) filho(s) menores, ora destinatários, pelo respectivo credor, na exata forma do art. 1.583, §5º.

Ademais, o direito de exigir contas entre os genitores guardiões ou não em relação à gestão dos interesses dos filhos, em especial a verba alimentar, é inerente à personalidade, eis que concebida como um valor em nosso ordenamento e, como tal, necessita de um remédio que o proteja.

Neste cotejo, em análise ao sistema processual vigente é visível a existência de uma

³¹ ÁVILA, Humberto. **Segurança Jurídica: Entre Permanência, Mudança e Realização no Direito Tributário**. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 222-223.

ação, regida pelo procedimento especial cujo objeto é permitir a materialização de uma obrigação de fazer específica, qual seja, a de exibição de contas, prevista nos artigos 550 a 553.

Cumprе lembrar que o dever jurídico é expрesso na lei material, hipótese em que sua viabilidade procedimental, caso não viesse expressamente prevista em procedimento próprio, portanto, especial, deveria ser materializada por intermédio de ação de obrigação de fazer pelo procedimento comum.

Com a devida vênia ao entendimento firmado pela Corte Superior há longa data acerca da inviabilidade procedimental do pedido de prestação de contas de verba alimentar, por ação própria, consubstanciada na falta de interesse de agir, porquanto inexistente possível crédito a ser perquirido em razão da irrepetibilidade dos alimentos, não só é incompatível com o ordenamento legal, seja de direito material como processual, mas afronta diretamente princípios constitucionais, como do acesso à justiça, da segurança jurídica, do devido processo legal, dentro outros.

Esse entendimento está, com o advento da nova redação do art. 1.583, §5º, absolutamente superado. Como já esclarecido alhures, evidente que lei não revoga precedente, mas justifica sua inequívoca superação, sob pena de inviabilizar a plena efetividade legislativa, influenciando diretamente nas relações jurídicas. Ademais, viola o sistema constitucional de competências, sendo certo que decidir de forma contrária à lei ou, quiçá, impedindo sua aplicação é, por conseguinte, legislar.

Como já esclarecido, sendo a atividade jurisdicional meramente interpretativa, pressupõe certa criatividade, mas limita-se à clareza da norma, como na hipótese em análise, ou no dever de estabelecer critérios objetivos para sua aplicação, desprovidas de conteúdos morais, políticos ou pessoais, sob pena de o papel dos juízes acabar por se igualar ao do legislativo, o que é reprovável.

Neste jaez, é preciso demonstrar o equívoco do entendimento ainda dominante do Superior Tribunal de Justiça, acerca da tese em voga, consubstanciado na falta de interesse de agir, portando, configuradora de carência de ação, que sendo uma das condições da ação, sua ausência impede a apreciação do mérito, ou seja, do pedido de prestação de contas.

Inicialmente, é preciso lembrar a natureza do dever de prestar contas que é, efetivamente, uma obrigação de fazer, de caráter pessoal. Trata-se de um dever que pode

decorrer de qualquer relação jurídica, seja legal ou contratual, como já esclarecido.

Portanto, não se pode confundir a obrigação de prestar contas, repita-se, que é pessoal, com outra de natureza diversa, como dar ou pagar; nem tampouco o direito de exigir contas com o direito a receber pagamento.

Tal diferenciação é deveras relevante para a identificação do interesse processual, que de forma equivocada tem sido o fundamento utilizado pelo STJ para refutar o cabimento das ações de prestar e/ou exigir contas de obrigações alimentares em juízo.³²

É perceptível que a questão do interesse processual não está concentrada na apuração de um eventual saldo final a ser encontrado e, portanto, exequível, mas sim na recusa entre as pessoas ligadas entre si por um vínculo jurídico legal ou convencional, no cumprimento destas obrigações para com a outra. Em outras palavras, o interesse de agir torna-se justificado em caso de recusa expressa ou tácita daquele que tem obrigação de prestar as contas, o que pressupõe o surgimento da lide.

E não é só. Ainda que se possa constatar eventual descompasso entre a obrigação e as contas exibidas, a sentença final que reconhecer o dever de prestá-las formará um título executivo que nem sempre será condenatório, permitindo-se ao julgador a determinação de outras medidas judiciais cabíveis como as indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias.³³

³² Neste sentido: FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. *Op. Cit.*, p. 332. Condições da ação: interesse processual – Nem só em juízo se podem prestar e tomar contas. Ressalvados aqueles casos em que elas são dadas ao próprio juízo, como as de tutores e curadores, em todas as demais hipóteses, tratando-se de obrigação de origem negocial, a prestação de contas pode e, em princípio, deve ser feita extrajudicialmente. O oferecimento ou a exigência das contas por via das ações correspondentes só se justifica quando haja recusa ou mora da parte contrária em recebê-las ou em dá-las, ou quando a forma amigável se torne impossível em razão de dissídio entre as partes quanto à composição das parcelas de “deve” e “haver”. Por outras palavras, o emprego da ação em causa, sob qualquer de suas modalidades, pressupõe divergência entre as partes, seja quanto à existência mesma da obrigação de dar contas, seja sobre o estado delas, vale dizer, sobre a existência, o sentido ou o montante do saldo.

³³ Consoante SILVA; LAMY. *Op. Cit.*, p. 171-172. [...] o art. 552 assinala que a sentença apurará o saldo e constituirá título executivo favorável ao credor. Isso não significa que o provimento jurisdicional tenha sempre eficácia condenatória, restringindo-se ao cumprimento de sentença disciplinado nos arts. 513, §1º e 515, I, do CPC/2015. Fica superada, portanto, a ideia de que a sentença que extingue a fase cognitiva da demanda de exigir contas é sempre condenatória. Com efeito, o art. 139, IV, do CPC/2015 permite que o juiz, no cumprimento de ordem judicial, adote técnicas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias, também, nas demandas que tenham por objeto prestação pecuniária. Prevê-se, destarte, a atipicidade das técnicas executivas, não ficando o juiz circunscrito à execução por sub-rogação. Só há condenação se ao provimento jurisdicional se seguir o cumprimento de sentença por execução (CPC/2015, arts. 520 e 523). Isso dependerá da vontade do credor ou da incapacidade de outras técnicas, que não a execução por sub-rogação, para a tutela do direito creditório. Adotando outras técnicas, em conformidade com o art. 139, IV, do CPC, o juiz não profere sentença condenatória, mas mandamental ou executiva.

Esta é a razão para considerar o posicionamento ainda adotado pelo STJ como insensato, considerando que mesmo sob égide das leis revogadas, tanto de direito material como processual, não se afigura razoável a concepção da falta de interesse de agir para impedir o pedido judicial de exigir as contas.

Se a jurisprudência já era equivocada sob o contexto das leis revogadas, com inequívoca certeza é possível concluir que atualmente o ordenamento jurídico pátrio é livre de qualquer lacuna a gerar entendimentos distorcidos para a hipótese, pelo que se deve pugnar uma urgente mudança e, consequente, uniformização da tese, com fulcro nos votos vencedores do REsp 1.814.639/RS, julgado pela 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, em 26 de maio de 2020, já analisado outrora.

CONCLUSÃO

A cláusula constitucional que traça novo perfil valorativo à pessoa humana, tornando-a elemento central do ordenamento jurídico pátrio irradia-se para as relações privadas, especialmente as de família. É certo que as regras inerentes ao direito da personalidade, desta decorrem, seja pela multiplicidade de direitos tutelados, seja pela complexidade das experiências humanas, merecendo maior proteção do Estado.

Sob este contexto, é imperioso registrar que todos os direitos da personalidade, inclusive as diversas obrigações deles decorrentes, possuem uma garantia processual apta a tutelá-los. Há no ordenamento jurídico brasileiro um leque de regras e princípios processuais, considerados dos mais modernos do mundo que certamente permitirão o exercício destes direitos, sejam individuais ou coletivos.

O óbice jurisprudencial criado há longa data pelo Superior Tribunal de Justiça no exercício do pedido de prestação de contas de obrigação alimentar paga pelo genitor para o(s) filho(s), porém, administrado por outrem, em regra o outro genitor, não encontra amparo no ordenamento pátrio.

É de coruscante clareza que a interpretação que se mantinha estável na Corte Superior de impossibilitar o exercício do direito de exigir as contas pelo credor da verba alimentar é ilegal, do ponto de vista processual, por existir outros veículos procedimentais diversos da ação de prestação de contas pelo procedimento especial, mas também inconstitucional, por

inequívoca afronta ao princípio do acesso à justiça, do devido processo legal e da segurança jurídica, corolários da liberdade e igualdade que consubstanciam a Dignidade Humana.

Não é razoável a manutenção no seio social do medo dos juízes³⁴ em razão da nefasta insensatez das decisões judiciais que não só afastam a expressa disposição legislativa, em determinados julgados, como também, impedem o exercício de um direito, como na hipótese em tela em relação à prestação de contas na obrigação alimentar.

É possível concluir que a alteração legislativa não só no Código Civil, com a inserção expressa da possibilidade de prestação de contas entre os genitores, quando se tratar dos alimentos pagos ao(s) filho(s), no art. 1.583, §5º, mas também o novo Código de Processo Civil, que estabelece no procedimento especial da ação de exigir contas, uma nova roupagem, permitindo a exibição das contas sem a necessidade de formação de crédito a ser perseguido, justifica com satisfação o acolhimento da tese vencedora do REsp 1.814.639/RS, apta a orientar a mudança na jurisprudência dominante.

Ocorre, porém, que o imbróglio processual está na produção dos efeitos deste precedente, que só teria o condão de vinculação no plano vertical, ou seja, outros órgãos jurisdicionais de hierarquia inferior, mas não outros órgãos do próprio STJ, por possuírem a mesma hierarquia, o que consolida a controvérsia.

De fato, a questão poderia ter sido dirimida na Corte Superior se a parte interessada tivesse interposto o competente recurso de embargos de divergência, no precedente analisado que abriu a controvérsia, mas tal fato não ocorreu.

Entretanto, críticas devem ser lançadas sobre o impasse travado pelo próprio STJ, considerando ser irrazoável que uma Corte de precedentes gere tamanha insegurança jurídica, violando a isonomia e a legítima confiança dos jurisdicionados. Pois, afinal, pode ou não pode ajuizar a ação de exigir contas de verba alimentar no Brasil? Eis uma pergunta ainda sem resposta até a presente data.

É preciso garantir ao jurisdicionado a plena liberdade, que é um dos principais atributos da Dignidade Humana e, por sua vez, integra os direitos da personalidade do indivíduo, de poder ajuizar a competente ação caso se sinta ameaçado ou lesado. Trata-se da garantia ao princípio constitucional do acesso à justiça, que pressupõe liberdade, liberdade

³⁴ GRAU, Eros Roberto. **Por que tenho medo dos juízes:** a interpretação /aplicação do direito e os princípios. 8.ed. São Paulo: Malheiros, 2017, p. 18. “O Poder Judiciário aqui, hoje, converte-se em um produtor de insegurança.

essa de agir consoante os preceitos legais e jurisprudenciais, que devem ser dotados de segurança jurídica.

Mas não é só. As demandas de família devem pressupor, ainda, a garantia constitucional da igualdade, seja formal, paridade de armas no processo, seja material, consagrada por uma jurisprudência uniforme, despida de idiosincrasias ou preconceitos, em especial quando se tratar das complexas relações fáticas que as constituem.

Espera-se, concretamente, uma unificação a contento na jurisprudência do STJ, com a maior brevidade possível, considerando que no estado da arte, apesar da evolução legislativa sobre o tema, no campo jurisdicional, não houve avanços.

REFERÊNCIAS:

- ÁVILA, Humberto. **Segurança Jurídica: Entre Permanência, Mudança e Realização no Direito Tributário**. São Paulo: Malheiros, 2011.
- CALAMANDREI, Piero. **Processo e Democracia**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2.ed., 2018.
- CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. A força dos Precedentes no Moderno Processo Civil Brasileiro. In WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). **Direito Jurisprudencial**. São Paulo: Revista do Tribunais, 2012.
- CUNHA, Leonardo Carneiro. O Princípio da Eficiência no Novo Código de Processo Civil. In DIDIER JR., Fredie *et al.* (Coord.) **Nomas Fundamentais**. Salvador: Juspodivm, 2016.
- FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. **Comentários ao Código de Processo Civil, Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, vol. VIII, tomo III: arts. 890 a 945**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- GRAU, Eros Roberto. **Por que tenho medo dos juízes: a interpretação /aplicação do direito e os princípios**. 8.ed. São Paulo: Malheiros, 2017.
- GRECO, Leonardo. Novas Perspectivas da efetividade e do garantismo processual. In: RODRIGUES, Walter dos Santos; SOUZA, Marcia Cristina Xavier de. (Coord.) **O novo código de processo civil: garantias fundamentais do processo: um desafio ao novo CPC**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

- MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. 10. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- MARCATO, Antonio Carlos. **Procedimentos Especiais**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
(versão e-book).
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Sistema Brasileiro de Precedentes**: natureza, eficácia e operabilidade. 2.ed. São Paulo: Revista do Tribunais, 2016.
- MARINONI, Luiz Guilherme. **A Ética dos Precedentes**: justificativa do novo CPC. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
- _____. **Precedentes Obrigatórios**. 3.ed., São Paulo: Revista do Tribunais, 2013.
- MEDINA, Valéria Julião Silva. **Processo de Família e o Novo CPC**: prática processual *versus* Direito Material. Curitiba: Juruá, 2017.
- MITIDIERO, Daniel. **Precedentes**: da persuasão à vinculação. 2.ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
- _____. **Cortes Superiores e Cortes Supremas**: do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente. 3.ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
- RODRIGUES, Rafael Garcia. A pessoa e o ser humano no Código Civil. *In* TEPEDINO, Gustavo (Coord.) **O Código civil na perspectiva civil-constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.
- SANTOS, Ernani Fidelis. **Dos Procedimentos Especiais do Código de Processo Civil, vol. VI, arts. 890 a 1.102**. 3.ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- SILVA, Ricardo Alexandre da; LAMY, Eduardo. **Comentários ao Código de Processo Civil: artigos 539 a 673**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.